# REQUERIMENTO (Dos Srs. Líderes)

Requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, incluído que seia automaticamente na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 3964/2020, "Acrescenta art. 6°-E à Lei n° 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para conceder isenção das contribuições sociais а cargo da empresa instituições ensino de superior na modalidade presencial, nas condições que especifica, até o término período de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus SARS-CoV-2 (covid-19)".

### Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja incluído automaticamente na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 3964/2020, que "Acrescenta art. 6º-E à Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para conceder isenção das contribuições sociais a cargo da empresa às instituições de ensino superior na modalidade presencial, nas condições que especifica, até o término do período de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus SARS-CoV-2 (covid-19)". de autoria da Deputada Luisa Canziani.



## **JUSTIFICAÇÃO**

Neste momento de grave crise que ameaça a saúde dos brasileiros e as condições básicas para sua subsistência, a sociedade deve dedicar todos os esforços no combate ao coronavírus SARS-CoV-2, de modo a contribuir para mitigar a crise e seus impactos na vida das pessoas.

Para tanto, é fundamental a preservação dos postos de trabalho em todo o Brasil, principalmente nas instituições de ensino superior – IES com maioria de seus alunos na modalidade presencial. Há de se destacar que escolas nessa condição empregam muito mais trabalhadores do que as que priorizam o ensino à distância, onerando sobremaneira suas folhas de pagamento.

Então, segundo o disposto neste projeto de lei, a intenção é isentá-las do recolhimento da contribuição previdenciária patronal, equivalente a 20% sobre a folha de pagamento das instituições de ensino, incluídas as despesas com trabalhadores que lhe prestam serviço.

No atual quadro, é imprescindível e urgente essa solução, dado que as instituições de ensino foram obrigadas a suspender muitas de suas atividades, mas tiveram que manter outras, como teletrabalho, aulas virtuais etc.

Mas, independentemente do tipo de trabalho prestado, as escolas procuram manter os salários e os contratos de trabalho dos colaboradores que estão afastados, um fator que impacta severamente seu orçamento.

A situação agravou-se ainda mais após a prorrogação, do prazo de substituição das aulas presenciais por meios digitais. Como, até o momento, não há perspectiva de um prazo seguro para a saída da situação de pandemia, não está afastada a necessidade de novas prorrogações para o futuro.

Por tudo isso, há a necessidade de isenção do recolhimento desta contribuição, até o término do período de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da covid-19.



Consideramos, ainda, essencial estipular, que essa previsão seja destinada somente para as IES que prestam o ensino presencial, na proporção das bolsas concedidas pelo Programa Universidade para Todos – PROUNI nos últimos 5 anos, desde que mantenham o financiamento pelo Fundo de Financiamento Estudantil – FIES.

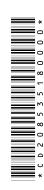
Em relação ao impacto financeiro e orçamentário da proposta, ressaltamos o conteúdo do art. 3º da Emenda Constitucional nº 106, de 2020, que instituiu regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia:

Art. 3º Desde que não impliquem despesa permanente, as proposições legislativas e os atos do Poder Executivo com propósito exclusivo de enfrentar a calamidade e suas consequências sociais e econômicas, com vigência e efeitos restritos à sua duração, ficam dispensados da observância das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa e à concessão ou à ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita. (negritamos)

Pelo exposto, e em vista do efeito positivo na conservação dos salários, dos contratos de trabalho, das bolsas e das linhas de financiamento estudantis, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento, para que possamos pautar o PL 3964/2020 em Regime de Urgência, para que seja debatido e aprovado em plenário o mais rápido possível.

Sala das Sessões, 29 de julho de 2020.

Deputado FELIPE FRANCISCHINI PSL/PR



# Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) (Do Sr. Felipe Francischini)

Requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja incluído automaticamente na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 3964/2020, que "Acrescenta art. 6º-E à Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para conceder isenção das contribuições sociais a cargo da empresa às instituições de ensino superior na modalidade presencial, nas condições que especifica, até o término do período de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus SARS-CoV-2 (covid-19)".

#### Assinaram eletronicamente o documento CD208535180000, nesta ordem:

- 1 Dep. Felipe Francischini (PSL/PR) LÍDER do PSL \*-(P\_7689)
- 2 Dep. Jhonatan de Jesus (REPUBLIC/RR) LÍDER do REPUBLIC \*-(P\_5027)
- 3 Dep. Enéias Reis (PSL/MG)
- 4 Dep. Julio Cesar Ribeiro (REPUBLIC/DF)
- 5 Dep. Fred Costa (PATRIOTA/MG) LÍDER do PATRIOTA \*-(p\_8253)
- 6 Dep. Pedro Lucas Fernandes (PTB/MA) \*-(P\_5425)
- 7 Dep. Arthur Lira (PP/AL) LÍDER do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE

<sup>\*</sup> Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.